COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS REUNIÃO ORDINÁRIA – 10/10/06

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento - SEPLAN, deu-se início, em terceira convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite no inicio com a presença da Sra. Ruth Paranaguá, como presidente substituta, e na sua ausência o Sr. Ullannes Passos Rios, e demais membros: SESAU: Perciliana J. B. Carvalho/ Diretoria de Vigilância Epidemiológica; Joselina F. de Azevedo Emmerich/ Diretoria de Recursos Humanos; Suplente: Maria Luiza Salazar Freire/ Assessoria de Planejamento; COSEMS: Áurea Maria Casagrande Luz SMS/Araguaína; Sonia Maria Toscano SMS/Dianópolis; Márcia Valéria SMS/Palmas. Contou também com a presença da Promotora de justiça - Dra. Maria Rosely. A Sra. Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião como segue: ITEM 01- Apreciação da Pauta: Foi lida e apresentados os pedidos de inclusões, exclusões e inversão da Pauta, que foram aprovados por consenso. A Sra. Ruth informou que precisará se ausentar por volta das 15:30 h e que só esta presente na reunião porque a Sra. Margareth e o Sr. Evando não puderam comparecer. Que aceitou com a condição de se ausentar no horário informado e que o Sr. Evando se comprometeu a vir para dar sequência à reunião. ITEM 02: Aprovação do Projeto de Implantação do Serviço de Distribuição dos Medicamentos Hansenostáticos nos Pólos de Araguaína, Augustinópolis, Gurupi e Dianópolis; A Sra. Adriana falou que primordialmente a distribuição dos medicamentos para os municípios era feita na sede da Secretaria Estadual de Saúde e que a intenção desses Pólos de Distribuição é atender o município de origem e os municípios circunvizinhos, facilitando o acesso dos medicamentos hansenostáticos aos pacientes portadores de hanseníase, visando a oferta destes no momento hábil e oportuno (até fevereiro de 2005 era centralizado na capital). A intenção é exatamente descentralizar. Os municípios prioritários em hanseníase pelo Governo Federal são: Alvorada, Araguaína, Gurupi, Palmas e Paraíso, pela extensão territorial e pela população existente, se trabalha em duas grandes massas que seriam Palmas e Araguaína. A distribuição de medicamentos para a regional de Augustinópolis já está em funcionamento e atende Augustinópolis e mais 14 municípios. Foi descentralizado pela primeira vez o município de Araguaína, que atendia ele e mais 50 municípios. Antes de ser feito o processo, os municípios são comunicados e perguntados sobre a opinião de cada um com relação a essa descentralização, são feitos os levantamentos junto ao município e ele nos oficializa seu interesse. Atualmente o município de Araguaína atende a si próprio e mais 37 municípios circunvizinhos. Augustinópolis também atende a si próprio e mais 14 municípios, Palmas continua com essa descentralização. Informou que pela OMS (Organização Mundial de Saúde) o correto seria entregar o tratamento completo do paciente hanseniano, mas por não possuir uma cobertura de medicamentos suficiente, isto é feito mensalmente, cada município elabora mensalmente seu mapa, manda para o pólo de distribuição e faz essa solicitação. Informa que Gurupi que vai atender a partir de novembro atenderá a Gurupi e mais 37 municípios e Dianópolis atenderá a si próprio e mais 17 municípios e os demais continuaram a ser atendidos na central em Palmas e esclareceu que a descentralização não esta sendo feita para os municípios mas para os hospitais de referência dos municípios. A Sra. Adriana solicitou a aprovação para que esses Pólos sejam institucionalizados. No momento está sendo feito dentro dos Hospitais de Referência do Estado. É feito um trabalho de implantação, os profissionais da coordenação e da

farmácia do hospital são capacitados por uma semana, tecnicamente já está tudo elaborado, mas é preciso institucionalizar. Foi aprovado por consenso. ITEM 03 -Apreciação das Atas das Reuniões Ordinárias realizadas nos dias 31/07/06 e 31/08/06: A Sra. Sonia Menelik disse que com relação a ata do dia 31/07/06 solicitaram varias alterações, as quais estavam nas copias distribuídas. Que a Sra. Soraia havia pedido para mudar o texto de um informe dado pelo setor de Planejamento na reunião do dia 31/07/06, e que se comprometeu a entrega-lo até uma semana após a reunião, mas não entregou. A Sra. Sonia Toscano solicitou que as atas fossem aprovadas na próxima reunião. A Sra. Presidente concordou. E por consenso as atas não foram aprovadas. ITEM 04 - Implantação da 2º Equipe de Saúde Bucal, mod. I nos municípios de Araguanã, Silvanópolis, Almas e Ponte Alta do TO e Implantação de 4º Equipe de Saúde Bucal mod. I no município de Augustinópolis: A Sra. Rosangela solicitou a aprovação da implantação da 2º Equipe de Saúde Bucal, mod. I nos municípios de Araguanã, Silvanópolis, Almas e Ponte Alta do TO e a implantação de 4º Equipe de Saúde Bucal mod. I no município de Augustinópolis. A Sra. Ruth questionou a implantação da 2º Equipe de Saúde Bucal mod. I no município de Almas, pelo fato de não ter médico na Saúde da Família do município e essa implantação depende da Saúde da Família, houve um surto grave de dengue em Almas tendo um único médico e não tendo como atender a população, provavelmente uma Equipe já se dissolveu e a outra Equipe está se dissolvendo, pois o município não tem médico. A Sra. Rosangela afirmou já tem odontólogo no município, que a demanda é grande e que por isso foi solicitado 2º Equipe. A Sra. Sonia Toscano disse que uma das discussões na Tripartite foi que até 10 de novembro os municípios que tiverem duplicidade de profissionais sofrerão corte de recurso, que valerá o ultimo cadastro do profissional. Falou também que o município de Almas não tem indicador de saúde e não alcança meta de vacina. Que a população tem o direito a um serviço de qualidade. Que o município não tem nem Secretário de Saúde, que quando ela passou por lá e falou das responsabilidades de um Secretário ao atual ocupante e ele disse que a partir daquele dia entregaria o cargo. A Sra. Ruth falou que o questionamento dela é por ela não saber como é feito o protocolo para implantação dessas equipes. Perguntou se a implantação das Equipes de Saúde Bucal depende de ter Saúde da Família, porque se depender, o município de Almas não tem. A Dra. Maria Rosely perguntou qual seria a verdadeira razão de não ter Secretário no município. A Sra. Sonia Toscano relatou que quando foi ao município o médico teria que assinar um documento para ela como Secretário, e foi quando ela passou para ele suas responsabilidades e atribuições como Secretário da Saúde e ele teria dito que não sabia nada disso e que estava lá porque ofereceram a ele um valor X, para ele vir para o município de Almas e dar o nome dele para o Programa Saúde da Família. Que ele estava em um centro cirúrgico de um hospital que nunca foi inaugurado, e atendendo as pessoas lá dentro junto com um médico cubano que não tinha CRM e que os dois ainda eram brigados. Disse que ninguém quer ser Secretário de Saúde do município, que a ambulância de Almas todos os dias leva pacientes para ser atendidos em Dianópolis. A Sra. Joselina informou que uma enfermeira padrão do município tinha sido devolvida hoje. A Sra. Maria Luiza disse que tem que haver um documento exonerando o antigo Secretário e uma Portaria nomeando um novo. A Sra. Ruth contou que o médico do município havia telefonado para ela porque ele estava com um grande numero de pessoas dentro do hospital com um quadro de viroses que se assemelhava a dengue. A Sra. Ruth disse também que no Município tem 300 cisternas todas com foco, com seis a

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

oito agentes mulheres que não conseguem fazer borrifação e bloqueio, que não tem prancheta e nem crachá. Foi aprovado por consenso, com a ressalva de que a Área Técnica da Saúde Bucal fique responsável tecnicamente pela implantação em condições viáveis e que o município de Almas fica pendente devendo apresentar na próxima reunião a situação da Equipe de Saúde da Família para implantação da Equipe de Saúde Bucal. A 2º Equipe de Saúde Bucal do município de Almas não foi aprovado. ITEM 05 - Repasse dos HPP a nível Federal, Estadual e PSF Estadual: A Sra. Maria Regina, Secretária do município de Cristalândia disse que foi acordado que o Sr. Gismar traria uma planilha com data determinada para pagar cada município. Que isso não aconteceu e que o Estado continua de janeiro até hoje sem repassar nada e o Governo Federal está de julho, agosto, setembro. Falou que representa a região centro, que tem nove municípios que tem hospital HPP, e não tem condições de se trabalhar sem dinheiro. Informou que muitos médicos querem ir embora porque não tem pagamento e muitos deles não são concursados pelo Estado e nem contratado e o município dela é um exemplo onde os débitos são todos pagos pelo município. Que anteriormente fez esta mesma colocação e logo depois saiu o pagamento do Federal do mês de abril até junho e o Estado só pagou dois meses. Disse que o prefeito esteve em Brasília e procurou o Sr. Carlos de Moraes, Diretor de Avaliação e Regulação que a entregou uma planilha onde consta que o Governo Federal está em dia até o mês de agosto, sem nenhuma falha de repasse. E quando se questiona o Sr. Evando, ele diz que o dinheiro ainda não foi repassado. Então ela quer uma posição sobre o assunto pois a planilha está com ela. O que foi orientado foi que os prefeitos mandassem um ofício ou fossem na central em Brasília e fizesse uma denúncia contra o Estado sobre os pagamentos. O Federal está devendo três meses e já vai para o quarto em outubro, mas o dinheiro está na conta até agosto. Que vai entrar o mês de outubro sem o dinheiro e sem nenhuma planilha. Que o prazo foi que até dia 07 de outubro resolveria tudo e nada foi resolvido. Disse novamente que o médico e o enfermeiro querem ir embora e ela não tem crédito para comprar remédio e comida para o paciente. A Sra. Sonia Toscano disse que participou da ultima CIT dia 05 em Brasília e informou que o Dr. André fará uma visita ao Tocantins brevemente e que hoje o COSEMS pediu oficialmente ao Sr. Evando uma nova posição do Estado quanto aos repasses, porque a ultima posição foi entregue em agosto, O Dr. André vem atrás de acordo, pois o Federal do dia 03 ao dia 05 de todos os meses, passa todo o dinheiro fundo a fundo seja ele para o município ou para o Estado. Que o Federal não deve nada de recurso para o Tocantins. A sugestão enquanto COSEMS é que seja marcada uma reunião extraordinária o mais breve possível com todo esse levantamento de débito do Estado, pelo menos do recurso Federal que está caindo dentro do Estado, que não quer só PSF e sim a planilha de tudo. Já que a gestão é tripartite, os três entes federados têm que compor este conjunto de despesas para a saúde. Que o que vem fundo a fundo esta caindo no município e o que tem o Estado como intermediário, o município está sendo prejudicado. Que quando foram implantados, os HPP's foram bem-vindos. Todos acharam que ia dar certo que estava tudo bem, mas que não pode manter uma instituição e não poder fechar as portas e nem receber o que vem do Federal, ela já ouviu dizer que existe município que o pagamento está todo fechado e outros que estão com pendências de repasse. Perguntou porque não foi repassado se o dinheiro é Federal e veio para todos. Deixou claro que o Dr. André virá negociar com o Estado uma maneira mais rápida, agendar data e saber o que esta acontecendo para repassar esse dinheiro. A Sra. Sonia Toscano disse que quer deixar uma data marcada para a reunião e que a equipe técnica

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

do financeiro coloque tudo em documento. Que não tem sustentabilidade ficar desse jeito, o Estado não passa nem o que é de responsabilidade dele, nem o que ele recebe do Federal. Em outras palavras, disse que o Governo Federal se sente um pouco ofendido, que é como se não estivesse repassando o recurso para o Estado. Querem saber do Sr. Evando qual o critério usado para repassar o recurso se uns já receberam a quarta parcela enquanto outros nem receberam a terceira e outros não receberam nenhuma. A Dra. Rosely disse que lamentavelmente, tanto o Ministério Público Federal quanto o Estadual foram convocados pelo COSEMS e pela Sra. Áurea quanto Secretária de Araguaína e que foge da sua promotoria quando se trata de crime de responsabilidade e que isso seria com outro órgão de execução. Mas que ela pensa que poderia tirar dali uma nota de repudio, de indignação ante a falta de resposta dos Ministérios Públicos. A Sra. Aurea disse que esta com uma ação no Ministério da Justiça e que já foi julgada procedente em favor do município, e que o Estado teria 48 h para entrar com recurso ou fazer o pagamento. Disse que ela não sabe da resposta que seria ontem, pois está a uma semana fora de Araguaína. A Sra. Sonia Toscano disse que os municípios de Araguaína. Palmas e Gurupi, que tem o SAMU 192 e Escolas Promotoras de Saúde, como os demais municípios com HPP e os que aderiram o termo de compromisso para os repasses de PSF, termo este firmado através da portaria nº 101 de 21 de junho de 2005, alem também dos municípios que são sede do CEO, vem buscando parceria junto aos COSEMS na negociação dos repasses financeiros de estado para municípios. Ressalta que os HPP's como repasse do Ministério da Saúde para municípios não se faz Fundo a Fundo e sim Ministério da Saúde/Fundo Estadual/Fundo Municipal, reclama que o Estado não vem cumprindo com essas obrigações, causando com isto transtornos de ordem financeira e administrativa municipal. Mais uma vez o COSEMS vem solicitar a bipartite, providencias no sentido de buscar solução para o problema com a máxima urgência. A Dra. Maria Rosely disse que o COSEMS poderia convidar oficialmente o MP Federal, com o Procurador da Republica responsável pela saúde, o Procurador Geral de Justiça e o Promotor do Patrimônio Público Estadual. Disse que são os três órgãos de execução que teriam atribuição para entender essa matéria. Que a promotoria dela zela pelas ações de serviço. A Sra. Aurea colocou que seria melhor sair com a data da reunião extraordinária já marcada para tratar exclusivamente desse assunto convidando essas autoridades e que o Estado forneça uma planilha atual, pois existe uma planilha desatualizada segundo alguns municípios e que se resolva definitivamente o problema. A Sra. Ruth disse que deve demandar a data da reunião, avisar o Sr. Evando e demandar as demais autoridades que devem estar presentes e que essa iniciativa deve sair do COSEMS. A Dra. Maria Rosely sugeriu convidar TCE, TCU, CGU e DENASUS. E disse ser uma situação difícil porque não pode seguer requisitar auditoria do Tribunal de Contas do Estado pois não tem esse poder, ela se posicionou em relação a isso no Gabinete do Ministro na semana retrasada em Brasília. A Reunião Extraordinária ficou marcada para o dia 25 de outubro de 2006. A Sra. Sonia Menelik perguntou qual relatório que o Sr. Evando deverá trazer na reunião. A Sra. Sonia Toscano disse que o COSEMS já passou o oficio para ele solicitando. A Sra. Ruth falou que precisava se ausentar e colocou para a mesa a livre escolha do presidente. A Sra. Sonia Toscano sugeriu a Sra. Perciliana. A Sra. Sonia Menelik disse que a Perciliana não é possível pela mudança feita no Regimento Interno, tendo que ser um titular. A Sra. Ruth indicou o Sr. Ullannes para substituí-la e o Sr. Ullannes assumiu a presidência. ITEM 06 - Transferência do Teto Financeiro dos procedimentos de Análises Clínicas dos municípios de Cristalândia

142143

144

145

146147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158159

160

161

162

163164

165

166

167

168169

170

171

172

173174

175

176177

178

179180

181

182

183184

185

186

187

e Nova Rosalândia a partir do mês de outubro, locado no laboratório Exemplo, Razão Social Ana Rita Góes Lago para o Laboratório Exemplo, Razão Social Alcântara e Souza Ltda, tendo em vista alteração ocorrida nesta empresa no dia 22 de maio de 2006; A Sra. Sonia Menelik disse que foram feitas duas solicitações e pelo o que ela entendeu os dois laboratórios estão em Cristalândia e foi feita essa solicitação do município de Cristalândia e do município de Rosalândia. A Sra. Maria Regina solicitou aprovação da transferência dos repasses de teto dos procedimentos de Analises Clínicas dos Municípios de Cristalândia e Nova Rosalândia a partir do mês de outubro, do laboratório Exemplo razão social Ana Rita Góes CNPJ nº 01.942.023/0001-88 que estava em Cristalandia, para o novo Laboratório Exemplo razão social Alcântara e Souza Ltda CNPJ nº07.997.142/0001-14. Situado em Cristalândia-TO na Av. Dom Jaime Antônio Schuck nº 2610 Centro, em razão da venda do primeiro para o segundo no dia 22 de maio de 2006, Ressalva que só mudou a razão social e o dono do Laboratório. Foi aprovado por consenso. ITEM 07 - Apresentação do Projeto, ProgeSUS, Programa de Reestruturação das Diretorias de RH das Secretarias Estaduais de Saúde; A Sra. Elisana falou que o ProgeSUS é um Programa Nacional de reestruturação das Secretarias Estaduais de Saúde, qualificação e estruturação da gestão do trabalho do SUS. É um programa do DEGERTES, que foi instituído pela Portaria nº 1.404, aprovada dia 29/06/06. Cada Secretaria Estadual precisava apresentar um Projeto dentro dos componentes dessa Portaria. Disse que de início tem um recurso para compra de equipamento e mobiliário e que valor é pequeno. Dentro do Programa tem a parte de equipamentos e mobiliário e também de qualificação dos profissionais de RH das Secretarias Estaduais. Para instituição do ProgeSUS foi considerado: o papel do Ministério da Saúde de formulador de políticas orientadoras da gestão, da formação, da qualificação e da regulação do trabalho no âmbito do serviço público de saúde; A fragilidade dos setores de recursos humanos de diversas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, indicadas por pesquisas realizadas em 2004 pelo CONASS e a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde; A necessidade de estruturação, de promoção da melhoria dos processos de trabalho e de fortalecimento de setores, unidades ou órgãos responsáveis pela gestão de recursos humanos em saúde; As diretrizes relativas à gestão do trabalho e à educação na saúde expressas no Pacto de Gestão do SUS, e à aprovação da Instituição do Programa, em reunião da Comissão Intergestores Tripartite em 25/05/06. O objetivo do Programa é Colaborar técnica e financeiramente com a execução de projetos voltados ao fortalecimento de setores de gestão do trabalho e da educação na saúde (Recursos Humanos) de Secretarias de Estaduais Saúde, do Distrito Federal e dos Municípios. A princípio pela portaria nº 1.404 do MS estão contemplados os 26 Estados, a secretaria do Distrito Federal e as secretarias municipais das capitais dos 26 Estados. O ProgeSUS possui 04 componentes. O componente 01 é o financiamento para a modernização de setores de recursos humanos de Secretarias de Saúde, por meio da aquisição de mobiliário e equipamentos de informática; O componente 02 é a disponibilização pelo Ministério da Saúde de sistema de informação gerencial para o setor de gestão do trabalho e gestão da educação na saúde das Secretarias de Saúde que desejam adotá-lo. A Sra. Elisana informou que já esta fazendo o teste, recebeu o CD e já repassou para equipe de informática para trabalhar com o sistema requisitando os dados da SECAD, para ter o próprio sistema gerencial dentro da Secretaria Estadual de Saúde; O componente 03 é Capacitação das equipes de recursos humanos das Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios; E o

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

componente 04 é a Participação no Sistema Nacional de Informações de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde (InforSUS). O limite financeiro para o financiamento do componente 01 é de R\$ 6.356.500,00(seis milhões trezentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais) que já estão aprovados e disponibilizados pelo MS. O Ministério da Saúde dentro do componente 01 terá disponível nesse primeiro momento R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais) para o financiamento de mobiliário e equipamentos. Disse que nos R\$ 6 000.000,00(seis milhões de reais) está incluído a capacitação de dois técnicos da Secretarias, o gestor e o técnico de Recursos Humanos, a capacitação de dois técnicos de CPD no sistema gerencial e a capacitação e a disponibilização do material básico que é o equipamento e o mobiliário para estruturação. Na pesquisa do CONASS de 2004 percebeu que a maior parte das secretarias tanto Estaduais quanto Municipais tem déficit de equipamentos de informática e mobiliário. Que tem secretarias mesmo estaduais que funcionam em porões como o Estado de Roraima que é uma divisão dentro da secretaria de administração. O MS quer fortalecer as Diretorias de Recursos Humanos das secretarias Estaduais e secretarias das capitais. A Diretoria de Recursos Humanos está constituída oficialmente desde 2002, possuindo hoje 03 coordenações: Administração de Pessoal, Gestão de Pessoas e Gestão da Educação na Saúde. Informou que atualmente a Diretoria de Recursos Humanos conta com 65 profissionais, sendo 13 profissionais de nível superior, 52 profissionais de nível médio e fundamental. Entre os profissionais de nível superior, atuam profissionais das seguintes áreas: administração, assistente social, psicologia, enfermagem, biologia, odontologia, letras e ciências jurídicas. As Principais dificuldades constatadas na secretaria são: Organização dos processos de trabalho; Falta de qualificação adequada da equipe; Falta de especialistas na área de gestão de recursos humanos. Falta de mestres na área de gestão da educação e gestão da regulação do trabalho; Baixa compreensão das novas premissas da área de gestão de pessoas; Baixa capacidade de articulação para a organização e formulação de políticas de recursos humanos; Falta de equipamentos e mobiliários; Baixo número de servidores na Diretoria; Falta de um fórum permanente para a discussão sobre Desenvolvimento Profissional e de Educação na Saúde; Baixo acumulo técnico e conceitual em novas modalidades de ensino (Educação a Distância). As estratégias de enfrentamento dos problemas: Realização de pós-graduação em Recursos Humanos em Saúde; Criação de um programa de aperfeiçoamento/atualização em gestão de Recursos Humanos; Realização de um ciclo de palestras em gestão de Recursos Humanos; Implementação do Núcleo de Educação a Distância - ENSP/EAD / SESAU -TO; Realização Oficinas Internas para Reorganização da Política de Recursos Humanos da SESAU - TO; Auxiliar financeiramente os servidores para a participação em cursos de pós-graduação a nível de especialização e mestrado: Oficinas para implementação do Fórum Estadual de Educação e Desenvolvimento Profissional na Saúde; Aquisição de mobiliário e equipamentos de informática. Apresentou a proposta orçamentária dos componentes 01 e 03 que totalizou R\$ 480.454,00(quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais). O cronograma de execução, após a liberação do recurso, a previsão é de executar o projeto em 12 meses. Foi aprovado por consenso. ITEM 08 - Rediscussão sobre repasse de recurso do Programa Hipertensão e Diabetes, Asma e Rinite, referente as competências de julho e agosto/2006, depositado na conta do Fundo Estadual de Saúde : A Sra. Janete disse que conforme discutido na ultima reunião a respeito da descentralização do recurso do componente estratégico da Atenção Básica hipertensão, diabetes, asma e rinite, já foi publicada a

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246 247

248

249

250

251

252253

254

255

256257

258259

260

261

262263

264

265

266

267

268

269

270

271272

273

274

275

276

277

278

279

280 281

Portaria nº 2.195 no dia 15 de setembro, pagina 47 do Diário Oficial da União. A partir da competência de setembro cada município receberá o recurso no fundo municipal de saúde. Falou que não caiu o mês de setembro ainda porque o Fundo Nacional de Saúde esta abrindo um processo para fazer esse deposito e que por isso vai demorar um pouco, mas que no decorrer ainda deste mês será depositado. Disse que houve um grande problema em relação ao repasse do recurso do mês de julho e agosto. Para repassar o recurso do fundo estadual para o municipal de saúde da competência do mês de julho e agosto vai demorar de seis meses a um ano. Para transferência fundo a fundo existe uma serie de exigências. Que o município de Darcinópolis até hoje não recebeu o recurso do incentivo à assistência farmacêutica básica, isto não depende do setor de assistência farmacêutica, para devolver para o MS não existe um instrumento para fazer isso e já aconteceu de devolver para o MS, mas foi depósito errado. Do recurso aplicado os três meses: abril, maio e junho, praticamente já têm todo medicamento disponível, tem 12 itens já licitados e disponíveis para mandar empenhar. E diante do exposto gostaria de saber se pode estar adquirindo os medicamentos de acordo com a programação de cada município para seis meses, na proporção de dois meses, para resolver a transferência deste valor. Informou que os medicamentos estão disponíveis para quem quiser estar marcando para retirar. Foi aprovado por consenso. ITEM 09 - Informes: 09.1 -Secretaria Executiva: A Sra. Sonia Menelik informou sobre duas resoluções aprovadas no mês de agosto no Conselho Estadual de Saúde sendo uma sobre a Criação e Composição da Comissão Organizadora da 2º Plenária Estadual de Conselhos de Saúde e a outra sobre a Prestação de Contas do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador. 09.2 - TFD: A Sra. Aidê disse que o município de Palmas esta com um problema, que os pacientes de Palmas estão sendo agendados para fazer cirurgia eletiva em outros municípios e por isso tem aparecido a solicitação de TFD. Ela quer saber porque quando vai consultar o TFD Estadual, eles falam que isto é de responsabilidade do município, se o teto de AIH do município de Palmas está dentro dos hospitais de Palmas. E como o hospital foi taxado de urgência e emergência, os pacientes estão sendo encaminhados para outros locais, e isso esta trazendo um transtorno pois não existe previsão para deslocamento destes pacientes, exceto para o município de Araguaína que é a referência de oncologia e cardiologia, que isso não esta previsto no orçamento. E quer uma posição sobre o assunto. Falou que na época que estava no Estado, o Dr. Petrônio implantou o hospital como urgência e emergência, ele assumiu a * responsabilidade do transporte desses pacientes, mas com a mudança de gestor isso não ocorreu e está causando um transtorno. A Sra. Áurea disse que quando o TFD é de responsabilidade do Estado e ele é indeferido, quando o pedido é para fora do Estado, a Central de Regulação não fornece nada por escrito, simplesmente telefonam e dizem para o município avisar ao paciente que foi indeferido. Disse que queria que isso fosse agendado, só que ele indefere o processo para aquisição de passagens e não passa isso por escrito e vai parar na Promotoria Pública que manda para o município. E disse que isso deveria acabar e quando a regulação indeferir um processo seja por qual motivo, que isso seja passado por escrito para que o município tenha respaldo para justificar junto a Promotoria Pública. Os encaminhamentos: que a Área Técnica do TFD faça esclarecimento e prestação de contas de todos os indeferimentos e oficialize todos os indeferimentos na próxima CIB e que a Regulação esclareça a respeito da transferência de pacientes do município de Palmas para fazer cirurgia eletiva fora de Palmas. A Sra. Aidê informou também que o município de Palmas não tem condições de atender

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

cardiologia para outro município por falta de cardiologista. A Dra. Maria Rosely falou que a gestão precisa tomar uma providencia. Que não tem como obrigar profissionais a manter vínculo com o município de Palmas ou qualquer outro município. E por outro lado, tem no HGP vários médicos especialistas que se receberem a produtividade produziriam muito. como os Ortopedista e o Neurocirurgião e talvez no caso da cardiologia profissionais recebam para trabalhar quarenta horas e figuem no sobre aviso enquanto estão no consultório atendendo seus pacientes particular. Que ela pensa que na saúde existe uma co-responsabilidade do município e do Estado. Pediu para que colocasse isso como item de pauta e que talvez até evite instaurar um procedimento na Promotoria porque a lei nº 8.080 fala que se o município não conseguir executar uma determinada ação, o Estado em caráter suplementar deve suprir a necessidade do município. Acha que é uma questão que deve ser aprofundada a discussão pois é no mínimo imoral ter médicos especialistas mantendo vinculo com o estado sem trabalhar e o município ficar em uma situação insustentável. Que deve aprofundar a questão não só em relação a Palmas, mas em relação a todos os municípios. Isso é um problema de gestão que os Secretários Municipais de Saúde têm que exigir. 09.3 - Hemodiálise Gurupi: O Sr. Furtunato solicitou um esclarecimento sobre o Centro de Hemodiálise de Gurupi que era para ser inaugurado o ano passado, depois passou para o mês de maio, junho, ficou acordado para ser inaugurado em agosto e até agora esta sem solução. 09.4 - CEO Porto Nacional: A Sra. Marly fez uma observação a respeito do CEO de Porto Nacional, que está havendo uma dificuldade de gestão. Que segundo a Sra. Aires, no local está funcionando como uma básica, os postos de saúde entraram em reforma e a básica foi para dentro do CEO. Tudo que é pedido não tem, que não tem material, e nem um telefone para se manter em contato, que se recebe para ser centro de Especialidade, então, que a Saúde Bucal que veja essa guestão. A Sra. Joselina perguntou para a Dra. Rosely como um gestor manda produtividade para um pessoal que não trabalha. E a Dra. Maria Rosely disse que a situação vai ser resolvida. Franqueada a palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se encerrada a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente, e pelos demais membros presentes, nesta reunião.

330

331

332

333

334

335

336

337

338339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352353

354

355

356

357

358359